Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATO DO PROCURADOR-GERAL, DO SECRETÁRIO E DO SUBSECRETÁRIO

RESOLUÇÃO CONJUNTA PGE/SECC/SUBCOM Nº 216 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2025

> DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO NA FORMA A SEGUIR ES-PECIFICADA.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, O SECRETÁRIO DE ESTA-DO DA CASA CIVIL E O SUBSECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E PUBLICIDADE DA CASA CIVIL, de acordo com a Lei Estadual nº 10.461, de 17 de julho de 2024, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2025; o Decreto nº 49.442/2024, de 19 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a execução antecipada do orçamento anual para o exercício de 2025; a Lei nº 10.665, de 14 de janeiro de 2025, que estima receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2025, e Decreto nº 46.550, de 01 de janeiro de 2019, que Estabelece Diretrizes da Política de Comunicação Social; Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários, conforme Processo Administrativo nº SEI-140001/000955/2025:

PESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução de crédito orçamentário na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Prestação de serviços de publicidade e propaganda, para publicação de Matéria Legal de interesse do Órgão. II - VIGÊNCIA: Esta Resolução terá vigência de 14/01/2025 até

III - DE/Concedente: 09610 - Fundo da Procuradoria-Geral do Estado

UO: 09610 - FUNPERJ **UG:** 096100 - FUNPERJ

IV - PARA/Executante: 14000 - Secretaria de Estado da Casa Civil -

UO: 14020 - Subsecretaria de Comunicação Social e Publicidade -

UG: 390200 - Subsecretaria de Comunicação Social e Publicidade da Secretaria da Secretaria de Estado da Casa Civil -SUBCOM

V - CRÉDITO:

P.T.: 09610.1.03.122.0002.2016

Natureza de Despesa: 3.3.90.39.56 Fonte: 1.501.230/1.753.232/ 2.501.230.2.753.232 Valor: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais)

Art. 2º - O executante se obriga a cumprir integralmente o que orienta os artigos 10 e 12 do Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010 e o artigo 4°, §3°, da Portaria AGE nº 17, de 02 de janeiro de 2024, apresentando prestação de contas final no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o término da vigência desta Resolução Conjunta.

Parágrafo Único - Fica vedada a emissão de novas notas de crédito no SIAFE-RIO, em favor do exequente, sem o adimplemento da obrigação constante do caput deste artigo.

Art. 3°- Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, com validade a contar de 14 de janeiro de 2025, revogando as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2025

RENAN MIGUEL SAAD Procurador-Geral do Estado

NICOLA MOREIRA MICCIONE Secretário de Estado da Casa Civil

IGOR MARQUES

Subsecretário de Comunicação Social e Publicidade

ld: 2627975

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATO DO PROCURADOR GERAL

RESOLUÇÃO PGE Nº 5.177 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2025

APROVA LISTA DE VERIFICAÇÃO (CHECKLIST) DA FASE PREPARATÓRIA DA CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, e que consta no Processo nº SEI-140001/010047/2025, e

CONSIDERANDO:

- caber à Procuradoria Geral do Estado a supervisão dos serviços jurídicos da Administração Pública direta e indireta no âmbito do Poder Executivo (art. 176 da Constituição Estadual);
- que o art. 49, §2º, do Decreto nº 48.816/2023, bem como o art. 1º da Resolução Conjunta PGE/SEPLAG nº 187/2021, estabelecem que a lista de verificação (checklist) a ser preenchida pelo gestor com base nos modelos aprovados e disponibilizados pela Procuradoria Geral do Estado - é requisito obrigatório de instrução da fase preparatória das contratações; e
- a necessidade de edição de listas de verificação (checklists) que observem as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

- Art. 1º Fica aprovada a lista de verificação (checklist) da fase preparatória da contratação de obras e serviços de engenharia, na forma do Anexo Único.
- Art. 2º Caberá à Coordenadoria do Sistema Jurídico (PG-15) promover a sua divulgação na página da internet da Procuradoria Geral do Estado
- Art. 3º Eventuais dúvidas ou esclarecimentos em relação aos dispositivos constantes desta Resolução deverão ser formalmente encaminhados à Coordenadoria do Sistema Jurídico (PG-15), pelo órgão jurídico.
- Art. 4º A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2025

RENAN MIGUEL SAAD Procurador-Geral do Estado

CHECKLIST

FASE PREPARATÓRIA DA CONTRATAÇÃO (OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA) - LEI Nº 14.133/21

Processo SEI nº: O preenchimento do presente checklist deve ser realizado na forma da Resolução Conjunta PGE/SEPLAG nº 187, de 14 de dezembro de 2021, ou da norma que vier a substitui-la. Segundo seu art. 1º, a lista de verificação (checklist) é item obrigatório da instrução processual e deve ser juntada aos autos previamente à remessa para análise do órgão jurídico.

Este checklist tem por objetivo auxiliar os gestores na revisão das condições a serem observadas na fase preparatória das contratações de obras e serviços de engenharia com base na Lei nº 14.133/21 e no Decreto nº 48.816/23 (que regulamenta a fase preparatória).

A aplicação do checklist não dispensa a análise acurada de todos os documentos do processo. As Notas Explicativas, quando existentes, podem ser excluídas quando da juntada deste formulário pre-

FASE PREPARATÓRIA	Sim / Não / Não se aplica	Doc. SEI (com indicação da fl./pará- grafo onde está a info., em arquivos com múl- tiplas folhas)
OBJETO E REQUISIÇÃO		tipide female,
1. Houve oficialização da demanda pelo setor demandante contendo os elementos mínimos previstos no art. 6º do Dec. nº 48.816/23:		
1.1 Indicação da obra/serviço e quantitativo?		
1.2 Necessidade a ser atendida?		
1.3 Previsão no Plano de Contratação Anual - PCA, se cabível?		
1.4 Indicação dos integrantes para composição da equipe de planejamento (art. 2°, XVII, do Dec. nº 48.650/23) que detenham conhecimentos		
sobre aspectos de uso e/ou técnico do objeto a ser contratado?		
1.5 Comprovante de ciência por parte dos indicados?		
1.6 Estimativa da data em que deve ser iniciada a execução da obra ou a prestação do serviço?		
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP		
2. Não havendo Estudo Técnico Preliminar:		
2.1 Trata-se de uma das hipóteses de dispensa de elaboração previstas no art. 11, I, do Dec. nº 48.816/23, tendo sido apresentada justificativa?		
2.1.1 Em caso positivo, os elementos de planejamento (art. 7º do Dec. nº 48.816/23) constam do Termo de Referência/Projeto Básico?		
2.2 Trata-se de hipótese de elaboração facultativa prevista no art. 11, II, do Dec. nº 48.816/23?		
2.2.1 A justificativa para a não elaboração do Estudo Técnico Preliminar contém os elementos que caracterizam a situação emergencial ou		
calamitosa e, quando aplicável, as razões da autoridade máxima demonstrando a impossibilidade de concluir o processo licitatório?		
2.3 O ETP: (art. 5°, § 2° c/c art. 12, caput, do Dec. n° 48.816/23)		
2.3.1 Contém a assinatura do responsável pela sua elaboração com indicação do ID funcional?		
2.3.2 Foi elaborado pela equipe de planejamento?		
2.3.3 Foi aprovado pela autoridade competente?		
2.3.4 Observou os procedimentos e modelos disponíveis no Portal da Redelog?		
2.3.5 Foi produzido anteriormente ao Termo de Referência ou ao Projeto Básico?		
2.4 O Estudo Técnico Preliminar contém os seguintes elementos: (arts. 7°, 9° e 10 do Dec. n° 48.816/23)		
2.4.1 A indicação do problema a ser resolvido e a descrição da necessidade a ser atendida?		
2.4.2 Informação sobre contratações anteriores voltadas ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante à presente contratação?		
2.4.3 Demonstração de previsão e compatibilidade com o Plano de Contratações Anual, se cabível?		
2.4.4 Estimativa das quantidades a serem contratadas?		
2.4.4.1 Memórias de cálculo e os documentos de suporte à estimativa?		
2.4.4.1.1 Na estimativa foram consideradas informações sobre interdependência com outras contratações de forma a possibilitar a economia de escala?		
2.4.5 Estimativa preliminar do valor da contratação?		
2.4.5.1 Análise comparativa da viabilidade econômica das soluções, com motivação do critério adotado?		
2.4.5.2 Os preços unitários referenciais?		
2.4.5.3 As memórias de cálculos e os respectivos documentos de suporte?		
2.4.5.4 Caso se tenha optado por conferir caráter sigiloso à estimativa preliminar do valor da contratação, o Estudo Técnico Preliminar é integrado por anexo classificado em que constem a estimativa, as memórias de cálculo e os documentos de suporte?		
2.4.6 Justificativa do parcelamento ou não do objeto?		
2.4.6.1 Na justificativa, considerou-se:		
2.4.6.1.1 A viabilidade técnica e a vantajosidade econômica?		
2.4.6.1.2 A viabilidade da divisão do objeto por lotes?		
2.4.6.1.3 O aproveitamento do mercado local, se atendidos os parâmetros de qualidade?		
2.4.6.1.4 O dever de ampliar a competição e de evitar a concentração de mercado?		
2.4.6.1.5 Em se tratando de prestação de serviços, o custo de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do		
objeto em itens?		
2.4.6.1.6 Em se tratando de prestação de serviços, a responsabilidade técnica?		
2.4.6.2 Caso afastado o parcelamento, foi indicada como justificativa que:		
2.4.6.2.1 O objeto a ser contratado configura sistema único e integrado e há possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido?		
2.4.7 No que se refere ao levantamento de mercado, foram considerados os métodos elencados, de modo exemplificativo, nos incisos do art. 9º do Dec. nº 48.816/23?		



2.4.8 Na justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução, foi realizada análise comparativa entre as soluções identificadas, considerando:	
2.4.8.1 A comparação do custo das soluções propostas e da solução atualmente contratada, quando for o caso? 2.4.8.2 ETPs elaborados por outros órgãos/entidades, que contenham os elementos mínimos previstos no § 2º do art. 18 da Lei nº	
14.133/21?	
2.4.8.2.1 Justificativa e ratificação do setor técnico demandante acerca da compatibilidade, viabilidade técnica e atualidade econômica do Estudo Técnico Preliminar mencionado acima?	
 2.4.8.3 A comparação dos custos e dos benefícios de cada solução? 2.4.8.4 A capacidade de a solução proposta oferecer ganhos de eficiência administrativa, a partir da incorporação de novas metodologias, 	
tecnologias ou inovações e de incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável?	
 2.4.8.5 Outro critério para a análise comparativa das soluções identificadas, acompanhada de justificativa? 2.5 Caso se trate de uma das hipóteses dos incisos do art. 8º do Dec. nº 48.816/23, o Estudo Técnico Preliminar contém também os seguintes 	
elementos: 2.5.1 Requisitos da contratação?	
2.5.2 Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso? 2.5.3 Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e	
financeiros disponíveis?	
2.5.4 Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual?	
 2.5.5 Contratações correlatas e/ou interdependentes? 2.5.6 Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e 	
logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável? 2.6 Foram avaliadas as hipóteses previstas no art. 7°, parágrafo único, do Dec. nº 48.816/23?	
2.7 Caso se pretenda adotar o critério de julgamento por técnica e preço, o Estudo Técnico Preliminar:	
 2.7.1 Indicou em qual hipótese especificada no art. 6º do Dec. nº 48.865/23 o objeto se enquadra? 2.7.2 Demonstrou que a avaliação e ponderação da qualidade técnica das propostas é relevante aos fins pretendidos? (art. 36, § 1º, IV, Lei nº 	
14.133/2021) 2.8 Há posicionamento conclusivo sobre viabilidade, razoabilidade e adequação da contratação?	
2.9 Caso tenha sido adotado Estudo Técnico Preliminar de contratação anterior do mesmo órgão ou entidade, este foi ratificado, com justificativa pelo setor técnico e declaração da viabilidade técnica e da atualidade econômica do estudo? (art. 12, § 2º, do Dec. nº 48.816/23)	
2.10 Caso tenha sido utilizado ETP elaborado por outros órgãos ou entidades, foram observadas as condições do art. 12, §3º, do Dec. nº 48.816/23:	
2.10.1 Certificação de que a solução se adequa a demanda?	
 2.10.2 Ratificação do ETP, com justificativa pelo setor técnico, inclusive quanto à viabilidade técnica e à atualidade econômica do estudo? 2.11 Houve a contratação de empresa ou profissional especializado para assessoria técnica na elaboração do ETP? (art. 12, §5°, do Dec. nº 	
48.816/23) 2.12 Foi avaliada a necessidade de classificação nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11)? (art. 13 do Dec. nº	
48.816/23) 2.13 Tratando-se de obras e serviços comuns de engenharia, caso dispensada a elaboração do Projeto Executivo, foi demonstrado no ETP que	
a especificação do objeto pode ser realizada apenas em Termo de Referência ou Projeto Básico, sem prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados? (art. 26 do Dec. nº 48.816/23)	
MAPA DE RISCOS 3. O Mapa de Riscos foi juntado aos autos até o final da elaboração do Termo de Referência? (art. 14, §1º, do Dec. nº 48.816/23)	
3.1 Caso o Mapa de Riscos não tenha sido apresentado, demonstrou-se o enquadramento em uma das hipóteses do art. 11 do Dec. nº	
48.816/23? (art. 15 do Dec. nº 48.816/23) 3.2 O Mapa de Riscos possui os elementos mínimos previstos no art. 14, §2º, do Dec. nº 48.816/23?	
3.2.1 O Mapa de Riscos levou em consideração o histórico de licitações, inclusive as desertas ou frustradas, e contratações anteriores com objeto semelhante, aferindo-se e sanando-se, de antemão, eventuais questões controversas, erros ou incongruências do procedimento; ou	
apresentou justificativa para a não consideração do histórico de licitações? (art. 14, §3º, do Dec. nº 48.816/23) 3.3 O Mapa de Riscos foi aprovado pela autoridade competente? (art. 5º, §2º, do Dec. nº 48.816/23)	
PROJETO BÁSICO *Se for hipótese de uso de Termo de Referência, o setor técnico deve preencher apenas os itens 4 até 4.26.2 e 4.28 até 4.30	
4. Não havendo Projeto Básico, consta justificativa específica para sua ausência?	
4.1 O Projeto Básico: 4.1.1 Observou o modelo padronizado, caso existente?	
4.1.1.1 Em caso negativo, há justificativa? (art. 19, IV, da Lei nº 14.133/21) 4.1.2 Contém as assinaturas dos responsáveis pela sua elaboração com indicação dos respectivos IDs funcionais?	
4.1.3 Foi aprovado pela autoridade competente?	
4.1.3.1 No caso de contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços de engenharia contínuos, a autoridade competente do órgão ou entidade contratante atestou a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual? (art. 106, I, da Lei no contratação plurianual?)	
14.133/21) 4.2 O Projeto Básico contém os seguintes parâmetros e elementos descritivos: (arts. 17 c/c 24 do Dec. nº 48.816/23)	
4.2.1 Fundamentação da necessidade da contratação? 4.2.1.1 Fundamentação do tipo de solução escolhida ou referência ao ETP?	
4.2.3 Definição do objeto contendo os seguintes elementos mínimos exigidos no art. 17, III, do Dec. nº 48.816/23:	
4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização?4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, ren-	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de 	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização 	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de específicações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3 Indicação dos locais de execução do objeto contratual? 	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de específicações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3 Indicação dos locais de execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Diretrizes para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.3 Condições necessárias para a execução do objeto? 	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3 Indicação dos locais de execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Diretrizes para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.3 Condições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.4 Definição das condições dos serviços de manutenção e assistência técnica? 4.2.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de específicações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3 Indicação dos locais de execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Diretrizes para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.3 Condições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.4 Definição das condições dos serviços de manutenção e assistência técnica? 4.2.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5.1 Acordo de Nível de Serviço - ANS, caso se trate de serviços, ou justificativa para sua não adoção? 4.2.4.5.6 Critérios de medição e de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma 	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Diretrizes para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.3 Condições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.4 Definição das condições dos serviços de manutenção e assistência técnica? 4.2.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5.1 Acordo de Nível de Serviço - ANS, caso se trate de serviços, ou justificativa para sua não adoção? 4.2.4.6 Critérios de medição e de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma físico-financeiro, quando cabível? 4.2.5 Requisitos da contratação, contendo: 	
4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Indicação dos locais de execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Diretrizes para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.3 Condições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5.1 Acordo de Nível de Serviço - ANS, caso se trate de serviços, ou justificativa para sua não adoção? 4.2.4.5.1 Acordo de Nível de Serviço e de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma físico-financeiro, quando cabível?	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3 Indicação dos locais de execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Diretrizes para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.3 Condições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.4 Definição das condições dos serviços de manutenção e assistência técnica? 4.2.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5 Netodologia de avaliação de de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma físico-financeiro, quando cabível? 4.2.5.1 Requisitos da contratação, contendo: 4.2.5.2 No caso de indicação de marcas ou modelos: 4.2.5.2.1 Há justificativa formal, enquadrando o caso em uma das hipóteses dos incisos do art. 19 do Dec. nº 48.816/23? 	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3 Indicação dos locais de execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Diretrizes para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3 Definição das condições dos serviços de manutenção e assistência técnica? 4.2.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5 Necrodo de Nível de Serviço - ANS, caso se trate de serviços, ou justificativa para sua não adoção? 4.2.4.6 Critérios de medição e de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma físico-financeiro, quando cabível? 4.2.5 Requisitos da contratação, contendo: 4.2.5.1 Previsão e condições de prestação de garantia contratual? 4.2.5.2 No caso de indicação de marcas ou modelos: 4.2.5.2.2 Se for o caso, há menção ao processo de padronização do produto? 4.2.5.2.2 Se for o caso	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3 Indicação dos locais de execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Condições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.3 Condições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.4 Definição das condições dos serviços de manutenção e assistência técnica? 4.2.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5 Indicação de Nível de Serviço - ANS, caso se trate de serviços, ou justificativa para sua não adoção? 4.2.4.5 Critérios de medição e de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma fisico-financeiro, quando cabível? 4.2.5.1 Previsão e condições de prestação de garantia contratual? 4.2.5.2 No caso de indicação de marcas ou modelos: 4.2.5.2.1 Ná justificativa formal, enquadrando o caso em uma das hipóteses dos incisos do art. 19 do Dec. nº 48.816/23? 4.2.5.2.2 Se for o caso, há menção ao processo de padronização do produto?	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Diretrizes para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.3 Definição das condições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.4 Definição das condições dos serviços de manutenção e assistência técnica? 4.2.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do eserviços, ou justificativa para sua não adoção? 4.2.4.5 Requisitos da contratação contendo: 4.2.5.1 Regrisão e condições de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma físico-financeiro, quando cabível? 4.2.5.1 Previsão e condições de prestação de garantia contratual? 4.2.5.2 No caso de indicação de marcas ou modelos: 4.2.5.2.1 Há justificativa formal, enquadrando o caso em uma das hipóteses dos incisos do art. 19 do Dec. nº 48.816/23? 4.2.5.2.2 Se for o caso, há menção ao pro	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Diretrizes para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.3 Condições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.4 Definição das condições dos serviços de manutenção e assistência técnica? 4.2.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5 Nectodo de Nível de Serviço - ANS, caso se trate de serviços, ou justificativa para sua não adoção? 4.2.4.6 Critérios de medição e de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma físico-financeiro, quando cabível? 4.2.5.1 Previsão e condições de prestação de garantia contratual? 4.2.5.2.1 Há justificativa formal, enquadrando o caso em uma das hipóteses dos incisos do art. 19 do Dec. nº 48.816/23? 4.2.5.2.2 Se for o caso, há menção ao processo de padronização do produto? 4.2.5.3.1 Indicação do modelo de gestão do contrato, com a definição de como a ex	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos locais de execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Diretrizes para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.3 Condições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.4 Definição das condições dos serviços de manutenção e assistência técnica? 4.2.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5.6 Critérios de medição e de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma fisico-financeiro, quando cabível? 4.2.5.1 Previsão e condições de prestação de garantia contratual? 4.2.5.2 No caso de indicação de marcas ou modelos: 4.2.5.1 Previsão e condições de mercas ou modelos: 4.2.5.2 No caso de vedação de marcas ou modelos: 4.2.5.2 No caso de vedação de marcas ou modelos: 4.2.5.2 No caso de vedação de marcas ou modelos: 4.2.5.2 No caso de vedação de marcas ou modelos: 4.2.5.2 No caso de vedação de marcas ou modelos: 4.2.5.2 No caso de	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e seguranca? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4 Distificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.3 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3 Indicação dos locais de execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Condições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.4 Definição das condições dos serviços de manutenção e assistência técnica? 4.2.4.5 A florido de Nível de Serviço - ANS, caso se trate de serviços, ou justificativa para sua não adoção? 4.2.4.6 Critérios de medição e de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma físico-financeiro, quando cabível? 4.2.5.1 Pecvisão e condições de marcas ou modelos: 4.2.5.2 No caso de indicação de marcas ou modelos: 4.2.5.2.1 Pervisão e condições de perstação de garantia contratual? 4.2.5.2.2 No caso de vedação de marcas ou modelos: 4.2.5.2.3 No caso de vedação de marcas ou modelos: 4.2.5.2.4 Ha justificativa formal, enquadrando o caso em uma das hipóteses dos incisos do ant. 19 do Dec.	
4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de específicações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 ustificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Ondições necessárias para a execução do objeto contratual? 4.2.4.3.3 Condições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5 Netodologia de avaliação da serviços de manutenção e assistência técnica? 4.2.4.6 Critérios de mediçãos e de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma físico-financeiro, quando cabível? 4.2.5.1 Acordo de Nivel de Serviço - ANS, caso se trate de serviços, ou justificativa para sua não adoção? 4.2.5.2 No caso de indicação de paramento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma físico-financeiro, quando cabível? 4.2.5.2 No caso de vedação de de marcas ou modelos: 4.2.5.2.1 Previsão e condições de prestação de garantia contratual? 4.2.5.2.2 Se for o caso, há menção ao processo de padronização do produto? 4.2.5.2.2 Se for o caso, há menção ao processo de padronização do produto? 4.2.5.2.3 No caso de vedação de utilizaç	
4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição a solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação; 4.2.4.2 Indicação dos prazos de inicio e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3. Indicação dos locais de execução do objeto contratual? 4.2.4.3. Indicação dos locais de execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Esperas para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Diretrizes para inspeção ou recebimento porvisório e definitivo? 4.2.4.3.3 Condições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.4.0 Efinição das condições dos serviços de manutenção e assistência técnica? 4.2.4.3.1 Cardições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.4.5.1 Acordo de Nivel de Serviço - ANS, caso se trate de serviços, ou justificativa para sua não adoção? 4.2.4.5.1 Netodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5.1 Previsão e condições de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma físico-financeiro, quando cabivel? 4.2.5.1 Previsão e condições de perstação de garantia contratual? 4.2.5.2 No caso de indicação de marcas ou modelos: 4.2.5.2 No caso de indicação de marcas ou modelos: 4.2.5.3 No caso de vedação de utilização de marca/produto, foi inaugurado processo administrativo para a comprovação de que não atende aos requisitos indispensáveis ao pleno	
 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização; 4.2.3.1.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Ricação dos locais de execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Ricação actual execução do objeto contratual? 4.2.4.3.2 Diretrizes para inspeção ou recebimento porisório e definitivo? 4.2.4.3.3 Condições necessárias para a execução do objeto; 4.2.4.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5.1 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5.1 Roctod de Nivel de Serviço - ANS, caso se trate de serviços, ou justificativa para sua não adoção? 4.2.5.1 Previsão e condições dos serviços de manutenção e assistência técnica? 4.2.5.2 Necisios da contratação, contendo: 4.2.5.1 Previsão e condições de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma físico-financeiro, quando cabivel? 4.2.5.1 Previsão e condições de persação de garantia contratual? 4.2.5.2 Necisios da contratação, contendo: 4.2.5.2 Previsão e condições de persação de da pagamento e condições do	
4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não asjam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.2 Estimativa de quantidade e memórias de calculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização rovoáveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3 Indicação dos locais de execução do objeto contratual? 4.2.4.3 Indicação dos locais de execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o resebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Diretrizes para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.3 Concidições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5 Credicios e medição de de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma físico-financeiro, quando cabível? 4.2.5.1 Provisão e condições de pestação de garantia contratual? 4.2.5.2 No caso de indicação de unitação de parado o caso em uma das hipóteses dos incisos do art. 19 do Dec. nº 48.816/23? 4.2.5.2.1 Por aceso, há menção ao processo de padronização do produto? 4.2.5.3.1 no caso de indicação de unitação de marado muma das hipóteses dos incisos do art. 19 do Dec. nº 48.816/23? 4.2.5.2.1 Rejustitos indispensáveis a	
4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rentimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pomenorizada, considerando todo o cido de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4.0 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Diretizes para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.3 Condições necessárias para a execução do objeto executado? 4.2.4.3.4 Definição das condições dos serviços de manutenção e assistência técnica? 4.2.4.5 Metodologis de avalidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5 Metodologis de avalidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.6 Critérios de medição de de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma fisico-financeiro, quando cabívei? 4.2.5.1 Porceiso de condições de perstação de garantia contratual? 4.2.5.2 No caso de indicação de de marcas ou modelois: 4.2.5.1 Provisão e condições de prestação de garantia contratual? 4.2.5.2.1 No caso de indicação de de marcas ou modelois: 4.2.5.3 Indicação do modelo de gestão do contrato, com a definição de como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entilidade no caso em concreto, na forma dos arts. 17 e 18 do Dec. nº 48.817/	
4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rentimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de específicações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e membrias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização proviveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.3 Indicação dos prazos de inicio e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3 Indicação dos prazos de inicio e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Ondições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.3.3 Condições necessárias para a execução do objeto contratual? 4.2.4.4 Definica das condições dos servicos de manutencão e assistência técnica? 4.2.4.5 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5 Interior do eNivel de Serviço - ANS, caso se trate de servicos, ou justificativa para sua não adoção? 4.2.4.5.1 Nordo de Nivel de Serviço - ANS, caso se trate de servicos, ou justificativa para sua não adoção? 4.2.5.2 No caso de indicação de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma fisico-financeiro, quando cabível? 4.2.5.2 No caso de indicação de marcas ou modelos: 4.2.5.2 No caso de indicação de marcas ou modelos: 4.2.5.2.1 No caso de vedação de utilização de marcajoroduto, foi inaugurado processo administrativo para a comprovação de que não atende aos requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual? 4.2.5.3.1 Indicação dos medio de gestão do contrato, com a definição de como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ue entidade no caso em concreto, a form	
4.2.3.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de específicações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.2 Estimativa de quantidade e memórias de cáculo, com os documentos que fhes dão suporte, considerando o consumo e utilização proviveis? 4.2.4.3 Estimativa de quantidade e memórias de cáculo, com os documentos que fhes dão suporte, considerando o consumo e utilização proviveis? 4.2.4.1 Justificativa para o percelamento ou não da contratação? 4.2.4.3 Indicação dos prazos de inicio e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Indicação dos prazos de execução do objeto contratua? 4.2.4.3.2 Diretirezas para inspeção ou recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Diretirezas para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.1 Diretirezas para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.1 Diretirezas para inspeção ou recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Diretirezas para inspeção ou fercebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.1 Diretirezas para inspeção ou fercebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.1 Diretirezas para inspeção ou trecebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.1 Diretirezas para inspeção ou fercebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.1 Diretirezas para inspeção ou fercebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.1 Diretirezas para inspeção ou fercebimento de amostra, exame de conformidade para não adoção? 4.2.4.3.1 Diretirezas para inspeção ou fercebimen	
4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.2.3.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.2.3.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de dissempenho usuals de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.2.3.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.2.4 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.2.4.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.2.4.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.2.4.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.2.4.3.2 Destritzes para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.2.4.3.3 Condições necessárias para a execução do objeto? 4.2.4.4.5.1 Acordo de Nivel de Serviço so de manutenção e assistência técnica? 4.2.4.5.1 Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.2.4.5.1 Provido de Nivel de Serviço so ANS, caso se trate de serviços, ou justificativa para sua não adoção? 4.2.4.5.1 Provido de Nivel de Serviço so. ANS, caso se trate de serviços, ou justificativa para sua não adoção? 4.2.6.5.1 Provisão de modição e de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma fisico-financeiro, quando cabival? 4.2.5.3 Indicação e condições de prestação de garantia contratual? 4.2.5.3 Indicação e condições de prestação de garantia contratual? 4.2.5.3 Indicação de omodelos de prestação de garantia contratual? 4.2.5.3 Indicação do modelo de utilização de marca/produto, foi inauquardo processo administrativo para a comprovação de que não atende sos requisitos indispensáveis ao pleno ad	
4.23.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.23.1 Escrição pormenorizado, observado o catálogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.23.2 Esercição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desembento usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? 4.23.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com on sodocumentos que fines dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.24.1 Districativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.24.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.24.3.1 Ridicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.24.3.3 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.24.3.1 Certizas para o recebimento provisório e definitivo? 4.24.3.2 Diretrizes para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.24.3.5 Nedotóges necessárias para a execução do objeto contratual? 4.24.5 Metodogia de avaliação da qualidade e aceite do objeto? 4.24.5 Metodogia de avaliação da qualidade e aceite do objeto? 4.24.5 Metodogia de avaliação da qualidade e aceite do objeto? 4.24.5 Metodogia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.24.5 Metodogia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado? 4.24.5 Requisitos de medição e de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma fisico-financeiro, quando cabível? 4.25.2 No caso de indicação de marcas ou modelos: 4.25.2 No caso de indicação de marcas ou modelos: 4.25.2 No caso de indicação de marcas ou modelos: 4.25.2.1 No caso de vedação de utilização de marcas ou ma des hipóteses dos incisos do art. 19 do Dec. nº 48.816/23? 4.25.3.1 No caso de vedação de utilização de marcas ou ma des singências p	
4.23.1 Especificação do bem ou do serviço conforme catálogo eletrônico de padronização? 4.23.1 Escap não tenha sido observado o catalogo eletrônico de padronização, há justificativa, considerando os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.23.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o cido de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desembenho usuais, de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes, ou desnecessárias? 4.23.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que fines dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.24.1 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.24.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.24.2 Indicação dos prazos de início e término da execução do objeto contratual? 4.24.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 4.24.3.1 Descrição da solução do sobjeto contratual? 4.24.3.3 Indicação dos locais de execução do objeto contratual? 4.24.3.3 Contrator para para o recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.24.3.5 Mediodos encessárias para a execução do objeto contratual? 4.24.3.6 Unidiodos encessárias para a execução do objeto executado? 4.24.5.6 Metodogia de availação da qualidade e aceite do objeto executado; 4.24.5 Metodogia de availação da qualidade e aceite do objeto executado; 4.24.6 Critérico das condições dos paras para es recebimento e aceito de serviços, ou justificativa para sua não adoção? 4.24.5 Requisitos da contratação, contendo: 4.25.2 No caso de indicação de marcas ou modelos: 4.25.2 No caso de indicação de marcas ou modelos: 4.25.2 No caso de indicação de marcas ou modelos: 4.25.2 No caso de vedação de utilização de marcas ou modelos: 4.25.3.1 Hai justificativa formal, enquadrando o caso em uma das hipóteses dos incisos do art. 19 do Dec. nº 48.816/23? 4.25.4.3 No caso de vedação de utilização de marcas ou ma definição de como a execução do objeto será acompanhada	
4.23.1 Caso não tenha sido observado o catalógo eletrônico de padronização? 4.23.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de disesmpenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes, ou desnecessárias? 4.23.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de disesmpenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes, ou desnecessárias? 4.23.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, como so documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.24.1 Descrição da solução como um tedo e modelo de execução do objeto, contendo: 5.24.1. Justificativa para o parcelamento, ou não da contratação? 5.24.2.1 Indicação dos prazos de inicio e termino de execução do objeto contratual? 5.24.3.1 Regras para o recebimento provisório e definitivo? 5.24.3.2 Direttrizes para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 5.24.3.3 Contrições necessárias para a execução do objeto contratual? 5.24.3.4 Definição das condições dos serviços de manuteração a assistência técnica? 5.24.3.5 Mentodoja de avalidade e aceite do objeto esta execução do esta esta de serviços, ou justificativa para sua não adoção? 5.24.3.6 Controjos de medição e de pagamento e condições de aquistade e aceite do objeto esta esta de serviços, ou justificativa para sua não adoção? 5.24.3.6 Controjos de medição e de pagamento e condições de aquistade e parateito, sua para esta de serviços, ou justificativa para sua não adoção? 5.24.3.6 Controjos de medição e de pagamento e condições de aquistão e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma justice/harcetorio, quanto; cabivel? 5.24.3.6 Protições o condições de persatação de garantia contratual? 6.25.3.1 Protições o condições de prestação de garantia contratual? 6.25.3.1 Protições o condições de persatação de garantia contratual? 6.25.3.1 Protições	
4.23.1 Caso não tenha sido observado o catálogo eletrônico de padronização? 4.23.2 Descrição pormenorizado, outrabilidade, e segurança? 4.23.2 Descrição pormenorizado, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de específicações técnicas e de idesempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes, ou desnecessárias? 4.23.3 Estimativa de quantidade de memórias de cálculo, como so documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.24.3.1 Estimativa de quantidade de memórias de cálculo, como so documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.24.1 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.24.1 Justificativa para o parcelamento, ou não da contratação? 4.24.2 Indicação dos prazos de início e término de execução do objeto contratual? 4.24.3.1 Regrisa para o recebimento provisório e definitivo? 4.24.3.2 Dreitrizes para inspeção ou recebimento de anostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.24.3.3 Contratives para inspeção ou recebimento de anostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.24.3.5 Unidações necessarias para a execução do objeto contratual? 4.24.3.6 Definição das condições dos senvicos de manuterição e assistência técnica? 4.24.3.6 Definição das condições dos senvicos de manuterição e assistência técnica? 4.24.3.6 Definição das condições dos senvicos de manuterição e assistência técnica? 4.24.3.6 Definição das condições dos senvicos de manuterição e assistência técnica? 4.24.3.6 Definição das condições de qualidade e aceite do objeto executado? 4.24.3.6 Definição das condições de qualidade e aceite do objeto executado? 4.24.3.6 Definição das medição e de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma fisico-linanceiro, quando cabivel? 4.25.6 Projetos de medição e de pagamento e condições de aquisição e pagamento e aceita de servição, portugal de condições de condições de garantia contratual? 4.2	
4.23.1 Caso não tenha sido observado o catalógo eletrônico de padronização? 4.23.2 Descrição pormenorizado, considerando os requisitos de qualidade, rentimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.23.2 Descrição pormenorizado, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de específicações técnicas e de dissempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irretevantes ou desnecessárias? 4.23.3 Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.24.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação? 4.24.2 Indicação dos parazos de início e término de execução do objeto contratual? 4.24.3.1 Regrans para o recebimento provísério e definitivo? 4.24.3.1 Regrans para o recebimento provísério e definitivo? 4.24.3.2 Diretrizes para inspeção ou recebimento de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito? 4.24.3.5 Definição das condições dos serviços de manutenção e assistência facinica? 4.24.3.6 Metrojos necessárias para a execução do objeto contratual? 4.24.3.6 Metrojos necessárias para a execução do objeto executado? 4.24.4.5 Metrojos necessárias para a execução do objeto executado? 4.24.5.6 Metrojos necessárias para a execução do objeto executado? 4.24.5.6 Metrojos necessárias para a execução do objeto executado? 4.24.5.6 Metrojos necessárias para a execução do objeto executado? 4.24.5.6 Metrojos de evaluajão da qualidade e aceite do objeto executado? 4.24.5.6 Metrojos de evaluajão da qualidade e aceite do objeto executado? 4.24.6.1 Metrojos de evaluajão da qualidade e aceite do objeto executado? 4.24.6 Critérios, quando, cabivel? 4.25.8 Requistos de omedição de de pagamento e condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, através de cronograma fisico-financeiro, quando, cabivel? 4.25.8 No caso de vedação de utilização de marcas ou modelos: 4.25.8 No caso de vedação de prestação de garantia contratual? 4.25.8.1 No caso de inideção de marcas ou modelos: 4.25.8.1	
4.23.1 Caso do tema do o bem ou do serviço conforme catálogo eletrónico de padronização? 4.23.1 Caso do temba sido observado o catálogo eletrónico de padronização, há putificativa, considerando os requisitos de qualidade, rentimento, compatibilidade, durabilidade e segurança? 4.23.2 Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de específicações técnicas e de desembenho, usuais de mercado, que não, sejam excessivas, irrelevantes, ou desnecessárias? 4.23.3 Estimativa de quantidade e memórias de cáciculo, com so documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis? 4.24.1 Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto, contendo: 4.24.2 Indicação dos prazos de inicio e término de execução do objeto, contendo: 4.24.3.1 Regrização dos prazos de inicio e término de execução do objeto contratual? 4.24.3.1 Regrização dos prazos de inicio e término de execução do objeto contratual? 4.24.3.1 Regrização dos prazos de inicio e término de execução do objeto contratual? 4.24.3.1 Regrização dos prazos de sexecução do objeto contratual? 4.24.3.1 Regrização dos prazos de sexecução do objeto contratual? 4.24.3.1 Regrização dos prazos de sexecução do objeto contratual? 4.24.3.1 Regrização dos prazos de sexecução do adeleticação de sexecução do prazos de sexecução do sexecução dos prazos de sexecução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão pu entidade no caso em concreto, na forma dos arts, 17 e 18 do Dec. nº 48.817/237 4.25.3.1 Indicação do sexecução do marcas ou modelos: 4.25.3.4 Indicação do sexecução d	

4.2.10 Em caso de exigência de vistoria prévia, na forma do art. 15, IV, do Dec. nº 48.865/23, consta a indicação dessa necessidade, bem como avaliação da necessidade de que o edital preveja atestação de conhecimento pleno do local, na forma do art. 63, §2º, da Lei nº 14.133/21?	
4.2.11 Definiu-se modo de disputa compatível com o critério de julgamento, observada a vedação de uso do modo de disputa aberto quando nas licitações por técnica e preço (art. 56, §2º, da Lei nº 14.133/21)?	
 4.2.12 Caso adotado o critério de julgamento por maior desconto, indicou-se que o objeto possui uma das características do art. 9º do Dec. nº 48.778/23? 4.2.13 Quando utilizados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, definiu-se modo de disputa compatível, observada a 	
vedação de utilização isolada do modo de disputa fechado (art. 56, §2º, da Lei nº 14.133/21)? 4.2.14 Previsão quanto à participação de empresas sob a forma de consórcio no processo de contratação e, caso prevista vedação, foi apresentada justificativa?	
 4.2.15 Previsão da vedação ou da possibilidade de subcontratação e, caso admitida, do seu percentual e das suas condições? 4.2.16 Estabelecimento de exclusividade da licitação para microempresas e empresas de pequeno porte ou a justificativa para sua não adoção, na forma do art. 49 da LC nº 123/06? 4.2.16.1 Caso as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC nº 123/06 tenham sido dispensadas, certificou-se que o valor estimado da 	
4.2.17 Previsão quanto à possibilidade de participação de profissionais organizados em forma de cooperativa no processo de contratação (art. 4°, § 1°, II, Lei n° 14.133/21) 4.2.17 Previsão quanto à possibilidade de participação de profissionais organizados em forma de cooperativa no processo de contratação (art. 16 da Lei n° 14.133/21) e, caso prevista vedação, foi apresentada justificativa?	
4.2.18 Estimativa do valor da contratação? 4.2.19 Caso o orçamento seja sigiloso, foi apresentada justificativa?	
4.2.20 Matriz de riscos, com os elementos mínimos indicados no art. 17, X, do Dec. nº 48.816/23, caso haja exigência na legislação (art. 17, X, c e § 3º)? 4.2.20.1 No caso das contratações integradas ou semi-integradas, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à	
escolha da solução de projeto básico pelo contratado foram alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos? (art. 22, § 4°, Lei nº 14.133/21)	
 4.21 Caso tenha se optado pela inversão de fases prevista no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/21, foram explicitados no Projeto Básico os benefícios decorrentes da habilitação em momento anterior ao julgamento, à luz do objeto a ser contratado? 4.22 Caso tenha sido exigida do licitante a apresentação de prova de qualidade do produto, de seu processo de fabricação ou do serviço a ser prestado, inclusive sob o aspecto ambiental, cf. art. 42 da Lei nº 14.133/21, foi apresentada a devida justificativa técnica? 4.23 No caso de exigência de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito: 	
4.23.1 Consta previsão expressa dessa exigência no Projeto Básico? (art. 21, § 2º, do Dec. nº 48.816/23) 4.23.2 Consta definição da fase em que será cumprida a exigência dentre aquelas previstas no art. 21, caput, do Dec. nº 48.816/23?	
 4.23.3 Há justificativa? 4.23.4 Há previsão de critérios objetivos de avaliação detalhadamente especificados? 4.23.5 Consta o prazo e forma de apresentação das amostras, das provas de conceito ou dos objetos a serem submetidos a exame de 	
4.23. Consta o prazo e forma de apresentação das amostras, das provas de conceito ou dos objetos a serem submetidos a exame de conformidade? 4.24 Consta do Projeto Básico justificativa do gestor para escolha do critério de reajuste?	
4.25 Caso presente uma das hipóteses do inciso I do art. 11 do Dec. nº 48.816/23, com dispensa de elaboração do ETP, os elementos do instrumento de planejamento descritos no art. 7º do referido Decreto constam do Projeto Básico?	
 4.26 Motivação circunstanciada das condições do edital, tais como: (art. 18, IX, da Lei nº 14.133/21) 4.26.1 Justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do 	
objeto? 4.26.1.1 Foi explicitada a metodologia usada para a eleição das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, a exemplo da curva ABC?	
4.26.1.2 A exigência de atestados encontra-se restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação? (art. 67, §1°, da Lei nº 14.133/21).	
4.26.2 Justificativa de exigências de qualificação econômico-financeira? 4.27 O Projeto Básico contém: (art. 24 do Dec. nº 48.416/23)	
4.27.1 Levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida?	
4.27.2 Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do Projeto Executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos?	
4.27.3 Identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução?	
4.27.4 Informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução?	
4.27.5 Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso? 4.28 Se a elaboração do Projeto Básico não foi contemporânea ao processo de contratação, foi atestada sua atualidade, levando-se em con-	
sideração a existência de soluções técnicas mais modernas e econômicas? *Acórdão TCÚ nº 1576/2022-Plenário; Acórdão TCU nº 1169/2013- Plenário; e Parecer nº 3/2025/SEIOP/ASSJUR-TCA	
4.29 Todos os documentos de natureza técnica (memorial descritivo e/ou especificação técnica, orçamento de referência e cronograma, projetos) identificam os responsável(is) técnico(s) por sua elaboração, com nome e número do registro no CREA e/ou CAU assinados e registrados no conselho respectivo, assim como possuem o respectivo registro de responsabilidade técnica emitido e válido (ART/RRT)? (art. 22, §3°, Dec. nº 48.816/2023)	
4.30 Na hipótese de realização de desapropriação, há manifestação técnica que justifique sua necessidade, assim como a quem competirá a efetivação dos atos expropriatórios? ANTEPROJETO	
5 Caso adotado o regime de contratação integrada, foi elaborado Anteprojeto, nos termos do art. 46, § 2º, da Lei nº 14.133/21)? 5.1 O Anteprojeto contempla, no que couber, os elementos previstos no art. 17 do Dec. nº 48.816/23? (art. 23, Dec. 48.816/23)?	
 5.2 Além dos elementos previstos no art. 17 do Dec. nº 48.816/23, o Anteprojeto contém: (art. 23, Dec. 48.816/23) 5.2.1 Demonstração e justificativa do programa de necessidades, avaliação de demanda do público-alvo, motivação técnico-econômico-social do 	
empreendimento, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado? 5.2.2 Condições de solidez, de segurança e de durabilidade?	
5.2.3 Prazo de entrega? 5.2.4 Estética do projeto arquitetônico, traçado geométrico e/ou projeto da área de influência, quando cabível?	
5.2.5 Parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade? 5.2.6 Proposta de concepção da obra ou do serviço de engenharia?	
5.2.7 Projectos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção proposta? 5.2.8 Levantamento topográfico e cadastral?	
5.2.9 Pareceres de sondagem?5.2.10 Memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer	
padrões mínimos para a contratação? 5.2.11 Critérios de sustentabilidade para o maior conforto, acessibilidade e economia de recursos na manutenção e rotina do empreendimento,	
como iluminação natural, reuso de água e climatização natural? 5.3 Em sendo o caso de contratação integrada, há disposição que determine que, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro será submetido à aprovação da Administração, que avaliará	
sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, cf. art. 46, §3º, da Lei 14.133/21? 5.4 Todos os documentos de natureza técnica (memorial descritivo e/ou especificação técnica, orçamento de referência e cronograma, projetos) identificam os responsável(is) técnico(s) por sua elaboração, com nome e número do registro no CREA e/ou CAU assinados e re-	
gistrados no conselho respectivo, assim como possuem o respectivo registro de responsabilidade técnica emitido e válido (ART/RRT)? (art. 22, §3°, Dec. nº 48.816/23) 5.5 Na hipótese de realização de desapropriação, há manifestação técnica que justifique sua necessidade, assim como a quem competirá a	
efetivação dos atos expropriatórios? PROJETO EXECUTIVO	
6. Não havendo Projeto Executivo, consta justificativa específica para sua ausência ou delegação? 6.1 O Projeto Executivo contempla as seguintes informações: (art. 25 do Dec. nº 48.816/23)	
6.1.1 Detalhamento das soluções previstas no Projeto Básico? 6.1.2 Identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra?	
 6.1.3 Especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes? 6.2 O Projeto Executivo observou as bases definidas no Projeto Básico? (Acórdão TCU nº 1016/2011-Plenário) 6.3 Todos os documentos de natureza técnica (memorial descritivo e/ou especificação técnica, orçamento de referência e cronograma, pro- 	
jetos) identificam os responsável(is) técnico(s) por sua elaboração, com nome e número do registro no CREA e/ou CAU assinados e re- gistrados no conselho respectivo, assim como possuem o respectivo registro de responsabilidade técnica emitido e válido (ART/RRT)? (art. 22, §3°, Dec. nº 48.816/23)	
6.4 Se a elaboração do Projeto Executivo não foi contemporânea ao processo de contratação, foi atestada sua atualidade, levando-se em consideração a existência de soluções técnicas mais modernas e econômicas? *Acórdão TCU nº 1576/2022-Plenário; Acórdão TCU nº 1169/2013-Plenário; e Parecer nº 3/2025/SEIOP/ASSJUR-TCA	
AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA/PROSSEGUIMENTO DA CONTRATAÇÃO 7. Há autorização de abertura/prosseguimento do processo de contratação firmada pela autoridade máxima competente, na forma do art. 82 da Lei nº 287/79, observadas as delegações eventualmente existentes? (arts. 5º, V, e 27, do Dec. nº 48.816/23)	
PESQUISA DE PREÇOS *Para verificação da regularidade da pesquisa de preços deve ser aplicado o checklist de Pesquisa de Preços e Elaboração de Orçamento	
de Referência - Obras e Serviço de Engenharia, aprovado pela Resolução PGE nº 5.139/2024. RESERVA ORÇAMENTÁRIA	
 A área orçamentária certificou a disponibilidade orçamentária para a realização da despesa? (art. 44 do Dec. nº 48.816/23) Quando se tratar de despesa que não se encerre no próprio exercício da contratação, atestou-se a sua previsão no Plano Plurianual? (art. 44, p. ú., do Dec. nº 48.816/23 e art. 105 da Lei nº 14.133/21) 	
8.2 Caso a contratação de serviços ou execução de obras implique a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/00, o Ordenador de Despesas: (art. 45 do Dec. nº 48.816/23)	
8.2.1 Ratificou a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes? 8.2.2 Ratificou que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, bem como compatibilidade	
com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias? 8.2.3 Aprovou a continuidade do procedimento?	



8.3 Caso não adotadas as providências do item 8.2 e seus subitens, foi atestado se tratar de despesas corriqueiras, habituais e relacionadas à operação e manutenção de serviços preexistentes; ou que se esgotam no próprio exercício financeiro?		
8.4 O Ordenador de Despesas autorizou a reserva orçamentária e declarou a adequação da despesa? (art. 46 do Dec. nº 48.816/23)		
MINUTAS DE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DE CONTRATO 9. Juntou-se declaração de conformidade atestando que o instrumento convocatório, minuta de contrato e demais instrumentos foram ela-		
borados com observância dos modelos padronizados pela Procuradoria Geral do Estado, ou a inexistência de minuta-padrão? (art. 49, caput, Dec. nº 48.816/23)		
9.1 As supressões, alterações e acréscimos promovidos nas minutas: (art. 49, §1º, Dec. nº 48.816/23)		
9.1.1 Foram sinalizadas nas minutas mediante uso das ferramentas de realce de cores ou marcas de revisão? 9.1.2 Foram acompanhadas da competente justificativa?		
9.2 Há assinatura e ID funcional do(s) servidor(es) responsável(is) pela elaboração das minutas e pela declaração de conformidade?		
 9.3 Há manifestação técnica certificando que a minuta de edital está em consonância com as disposições previstas no projeto básico? 9.4 Caso haja substituição do contrato por um dos instrumentos do art. 95 da Lei nº 14.133/21, atestou-se em qual dos incisos o caso se 		
enquadra? 9.5 As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI constam dos anexos do edital de licitação ou do aviso		
ou instrumento de contratação direta e das propostas? (art. 3º, § 3º, do Dec. nº 48.929/24) 9.6. O edital exige que os licitantes apresentem, em suas propostas, a composição analítica do percentual da estimativa do BDI referencial e		
dos Encargos Sociais - ES, este último quando for cabível, discriminando todas as parcelas que o compõem? (art. 13, §4º, do Dec. nº		
48.929/24) 9.6.1 Em caso negativo, consta no edital exigência de apresentação de declaração aceitando as composições previstas no anexo do edital, ou		
previsão de que, caso o licitante não apresentar a composição do BDI, será considerado o BDI referencial constante do edital? (art. 13, §4º, do Dec. nº 48.929/24)		
9.7 Consta no edital de licitação ou aviso ou instrumento de contratação direta, os critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global, com fixação de preços máximos para ambos? (art. 10 do Dec. nº 48.929/24)		
9.8 Nas contratações que adotem os regimes de empreitada por preço global, empreitada integral e contratação por tarefa: (art. 17 do Dec. nº 48.929/24):		
9.8.1 Há cláusula expressa, tanto no edital como no contrato, de concordância da contratada com a adequação do projeto que integrar o edital		
de licitação, e de que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% do valor total do contrato,		
computando-se esse percentual para verificação do limite do art. 125 da Lei nº 14.133/21? (Art. 17, II, Dec. nº 48.929/24) 9.9 Os critérios de aceitabilidade de preços foram definidos em relação ao preço global e de cada uma das etapas previstas no cronograma		
físico-financeiro do contrato? (art. 18 do Dec. nº 48.929/24) 9.9.1 Há previsão de que a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em		
favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária? (art. 128 da Lei 14.133/21)		
9.9.2 O edital prevê que o percentual de desconto, quando existente, apresentado pelos licitantes incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório? (art. 18, §1º, Dec. 48.929/24)		
9.10 A minuta de contrato contém cronograma físico-financeiro com a especificação completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras? (art. 16, Dec. nº 48.929/24)		
9.11 Caso o valor estimado para a licitação ou para o conjunto de licitações seja de grande vulto, cf. art. 6°, XXII, da Lei nº 14.133/21, e haja exigência de prestação de garantia em percentual majorado para até 30%, na forma do art. 99 da Lei 14.133/2021, foi exigido seguro-garantia		
com cláusula de retomada (art. 102) e justificada a majoração do percentual?		
9.12 Em se tratando de obras e serviço de grande vulto ou regime de contratação integrada ou semi-integrada, edital contempla matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado? (art. 21, §3°, Lei 14.133/21)		
 9.13. Nos regimes de contratação integrada e semi-integrada: 9.13.1 Há previsão no edital de que, para a composição da proposta, será exigido dos licitantes ou contratados, no mínimo, o mesmo nível de 		
detalhamento do orçamento sintético elaborado pela Administração? (art. 4°, p. ú., do Dec. n° 48.929/24) 9.13.2 Há previsão, no instrumento convocatório, de critérios de aceitabilidade por etapa, estabelecidos de acordo com o orçamento estimado e		
compatíveis com o cronograma físico do objeto licitado? (art. 11, §5º, Dec. nº 48.929/24)		
9.14 Na hipótese de utilização de metodologia expedita ou paramétrica para abalizar o valor do empreendimento ou de fração dele, em havendo 2 (duas) ou mais técnicas estimativas possíveis, foi utilizada nos orçamentos estimados a que viabilize a maior precisão orçamentária,		
exigindo-se no edital dos licitantes, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento na motivação dos respectivos preços ofertados? (art. 5º do Dec. nº 48.929/24)		
9.15 No caso de obra ou serviço que exija desapropriação autorizada pelo poder público, o edital e o contrato preveem as providências necessárias para a efetivação da desapropriação autorizada pelo poder público, incluindo os elementos constantes do art. 46, §4º, Lei		
14.133/21? 9.16 Em sendo a hipótese de estabelecimento de remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, o edital de licitação e o		
contrato estabeleceram metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega? (art. 144 da Lei 14.133/21)		
OUTROS REQUISITOS 10. Caso o valor estimado para a licitação ou para o conjunto de licitações seja de grande vulto, cf. art. 6°, XXII, da Lei nº 14.133/21, houve		
audiência pública com observância dos requisitos do art. 54 do Dec. nº 48.816/23? 10.1 Sendo o caso de pré-qualificação, consta justificativa demonstrando a conveniência e oportunidade de se restringir a participação na		
licitação apenas dos licitantes ou produtos pré-qualificados? (art. 19, II, do Dec. nº 48.995/24) 10.1.1 Se for o caso de pré-qualificação objetiva (art. 3°, II, Dec. nº 48.995/24), o objeto da pré-qualificação se restringe aos bens even-		
tualmente fornecidos na execução do objeto? (art. 3º, § 2º do Dec. nº 48.995/24)		
10.2 Na hipótese de contratação que envolva total ou parcialmente recursos da União oriundos de transferências voluntárias (art. 1º, § 2º, do Dec. 48.816/24), foram observadas as normas previstas no instrumento de transferência e, nos casos omissos, as normas do ente federal		
concedente? 10.3 Foram observadas as normas relativas a: (art. 45 da Lei 14.133/21)		
10.3.1 Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas? (art. 45, I, Lei nº 14.133/21) 10.3.2 Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, a ser definidas no procedimento de licenciamento ambiental? (art. 45, II, Lei nº		
14.133/21)		
10.3.3 Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais? (art. 45, III, Lei 14.133/21)		
10.3.4 Avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística? (art. 45, IV, Lei n° 14.133/21) 10.3.5 Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado		
pelas obras contratadas? (art. 45, V, Lei n° 14.133/21) 10.3.6 Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida? (art. 45, V, Lei n° 14.133/21)		
10.4 No caso de contratação com base nos regimes de execução de Empreitada por preço global, Empreitada integral, Contratação por tarefa, Contratação integrada e Contratação semi-integrada, o critério de julgamento eleito é o de preço global, sendo adotada a sistemática de me-		
dição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado? (art.		
46, § 9º, Lei nº 14.133/21) 10.5 Foi juntada a comprovação de titularidade do imóvel objeto da obra ou serviço de engenharia?		
10.6 Constam dos autos comprovações de obtenção das aprovações e dos licenciamentos pertinentes junto às autoridades competentes, se for o caso?		
10.6.1 Em sendo a responsabilidade pelo licenciamento ambiental da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, foram obtidas antes da divulgação do edital? (Art. 115, §4°, Lei nº 14.133/21)		
10.7 Houve juntada de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, Registro de Responsabilidade Técnica - RRT e/ou Termo de Responsabilidade Técnica - TRT (conforme o caso) relativos aos elementos e/ou peças técnicas que instruem os autos, inclusive das planilhas or-		
camentárias?		
10.8 Foi juntada aos autos a portaria de designação do agente de contratação, da equipe de apoio ou dos membros da comissão de contratação e seus substitutos, caso adotada a modalidade de concorrência, ou do pregoeiro e equipe de apoio, caso adotada a modalidade de		
pregão? CONTRATAÇÃO DIRETA		
11. Consta autorização da autoridade competente para contratação direta, na forma do artigo 72, VIII, da Lei nº 14.133/21? 11.1 Em se tratando de hipótese de inexigibilidade de licitação:		
11.1.1 Houve a indicação, no Projeto Básico, no Termo de Referência ou no anteprojeto, do dispositivo legal no qual o caso específico se		
enquadra? 11.1.2 Consta manifestação técnica justificando o enquadramento da contratação em uma das hipóteses do art. 74 da Lei nº 14.133/21?		
11.1.3 Consta manifestação técnica que demonstre o atendimento a todos os requisitos legais e regulamentares da hipótese de inexigibilidade indicada? (art. 72, III, da Lei nº 14.133/21)		
11.1.4 No caso de inexigibilidade com base no art. 74, I, da Lei nº 14.133/21, consta documento que demonstre a inviabilidade de competição dentre aqueles listados no art. 10, § 1º, do Dec. nº 48.820/23?	·	
11.1.5 No caso de inexigibilidade com base no art. 74, III, da Lei nº 14.133/21, houve o enquadramento em uma das alíneas do referido		
dispositivo? 11.1.6 Foram observados os requisitos do art. 10, § 3°, do Dec. nº 48.820/23?		
11.1.7 Constam dos autos os seguintes documentos e comprovações? (art. 72 da Lei nº 14.133/21): 11.1.7.1 De que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária exigidos pela Lei nº 14.133/21 e definidos		
no TR. 11.1.7.2 De não restrição de contratação com a Administração Pública estadual, mediante consulta aos seguintes cadastros: a) SICAF; b)		
Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, e) Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União; e f) módulo		
Registro de Ocorrências do SIGA.		
11.1.8 Razão da escolha do contratado. 11.1.9 Justificativa de preço.		
11.2 Em se tratando de hipótese de dispensa de licitação: 11.2.1 Consta manifestação técnica justificando o enquadramento da contratação em uma das hipóteses do art. 75 da Lei nº 14.133/21?		
11.2.2 Consta manifestação técnica que demonstre o atendimento a todos os requisitos legais e regulamentares da hipótese de dispensa		
indicada? (art. 72, III, da Lei nº 14.133/21) 11.2.3 No caso de contratação direta com base no art. 75, I da Lei nº 14.133/21, foram indicados e considerados os valores previstos no		
decreto de atualização mais recente, na forma do art. 182 da Lei nº 14.133/21? 11.2.4 Caso a contratação seja de valor até R\$ 80.000,00, foi observada a exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte?		
(art. 48, I, da LC nº 123/06) 11.2.4.1 Caso não observada a exclusividade, consta justificativa de que se trata de uma das hipóteses do art. 9º da Dec. nº 42.063/09?		
11.2.5 Na contratação direta com base no art. 75, III, da Lei nº 14.133/21, estão sendo mantidas todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano?		
11.2.6 No caso de dispensa com base no art. 75, IV, da Lei nº 14.133/21, foi indicada a alínea que embasa a contratação direta?		

11.2.7.1 Foi apresentada justificativa com os elementos que caracterizam a situação emergencial ou calamitosa, com urgência de atendimento	
de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços,	
equipamentos e outros bens, públicos ou particulares?	
11.2.7.2 Foi apresentada justificativa da autoridade máxima do órgão ou entidade acerca das razões pelas quais não foi possível concluir o	
devido processo licitatório, quando aplicável?	
11.2.7.3 Consta demonstração de que estão sendo adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, caso a	
contratação emergencial não seja suficiente para o exaurimento da necessidade?	
11.2.7.4 Atestou-se que a contratação se limita à aquisição dos bens, ou parcelas de obras e serviços, necessários ao atendimento da si-	
tuação?	
11.2.7.5 Atestou-se que a emergência/calamidade não decorre de falta de planejamento, incúria ou desídia de agente(s) público(s)?	
11.2.7.5.1 Caso não tenha havido atesto, há/houve sindicância com vistas à identificação dos responsáveis e aplicação das sanções cabíveis?	
(art. 75, §6°, da Lei nº 14.133/21)	
11.2.7.6 Atestou-se não se tratar de recontratação de empresa já contratada com base neste inciso para a mesma emergência/calamidade?	
11.2.8 Foi adotado o processo eletrônico de dispensa no sistema eletrônico de contratações?	
11.2.8.1 No caso de excepcional afastamento da utilização do sistema eletrônico de contratações previsto no art. 8º do Decreto nº 48.820/23,	
consta justificativa exarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade nas hipóteses descritas no art. 9º do Dec. nº 48.650/23?	
11.2.8.2 O aviso de dispensa eletrônica foi precedido de divulgação pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto	
pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados? (art. 5º, §1º, Dec. nº	
48.820/23)	
11.2.9 Constam dos autos os seguintes documentos e comprovações?: (art. 72 da Lei nº 14.133/21)	
11.2.9.1 De que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária exigidos pela Lei nº 14.133/21 e definidos	
no TR.	
11.2.9.1.2 De não restrição de contratação com a Administração Pública estadual, mediante consulta aos seguintes cadastros: a) SICAF; b)	
Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Ad-	
ministrativa, d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, e) Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União; e f) módulo	
Registro de Ocorrências do SIGA.	
11.2.9.2 Comprovante do resultado do processo eletrônico de dispensa, que demonstre que o contratado apresentou a proposta mais van-	
tajosa?	
11.2.9.2.1 Caso não tenha havido processo eletrônico de dispensa, a razão da escolha do contratado.	
11.2.9.2.2 Caso não tenha havido processo eletrônico de dispensa, a justificativa de preço.	

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

Secretaria de Estado da Casa Civil

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato SECC nº 008/2025

PARTES: O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL - SECC e a empresa ML DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a aquisição de Tendas em Poliéster Oxford, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos deste Contrato

PRAZO: 12 meses, contado da data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

VALOR: 31.160,00 (trinta e um mil cento e sessenta reais).

NOTA DE EMPENHO: 2025NE00132

DATA DE ASSINATURA: 14/02/2025.

FUNDAMENTO: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

PROCESSO Nº SEI-150001/013880/2024.

ld: 2628087

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato IPEMRJ nº 001/2023. PARTES: Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro e a empresa Injet Point Comércio e Serviços de Veículos LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, com for-necimento de peças e acessórios, em veículos automotores perten-centes à frota própria do IPEM-RJ, por mais um período de 24 (vinte

e quatro) meses.

VALOR: Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 1.780.000,08 (um milhão setecentos e oitenta mil reais e oito centavos), totalizando o contrato o valor de R\$ 3.560.000,08 (três milhões quinhentos e sessenta mil reais e oito centavos).

EMPENHO: 2025NE00041 e 2025NE00042. DATA DA ASSINATURA: 17/02/2025.

FUNDAMENTO: Com fundamento nos arts. 57, inciso II e 55, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, e na cláusula nona do

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-150164/001173/2022.

ld: 2628012

Secretaria de Estado de Fazenda

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Técnica nº 01/2025. PARTES: Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio

de Janeiro e Secretaria de Estado da Casa Civil. **OBJETO:** Comunhão de esforços para realização de serviço de publicidade legal (publicação de matéria legal da RJPrev em jornal de grande circulação), de interesse comum da RJPrev e do Estado do

DATA DA ASSINATURA: 13/02/2025.

VIGÊNCIA: Até 31/12/2025 (trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco)

VALOR: Recursos estimados em R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) FUNDAMENTO: Lei Estadual nº 10.461/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2025), Lei nº 10.665/2025, Decreto nº 49.442/2024, a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Estadual nº 42.436/2010.

PROCESSO Nº SEI-040015/000558/2024

ld: 2627896

Secretaria de Estado de Polícia Militar

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 017/2025 PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar e a Empresa: LEAR COMERCIO E SERVICOS DE AR CONDICIONADO LTDA (CNPJ:

45.567.668/0001-53). OBJETO: Aguisição de Aparelhos de Ar Condicionado para atender a demanda do Comando de Policiamento Rodoviário - CPRV da PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação

em DOERJ.

VALOR TOTAL: R\$ 30.100,00 (trinta mil e cem reais)
DATA DA ASSINATURA: 17/02/2025.

dezembro de 1.979, e pelos Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010 e respectivas alterações do instrumento convocatório

ld: 2628113

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação na Ordem Pública.
PARTES: O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR E O MUNICÍPIO DE SA-QUAREMA, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGU-

OBJETO: Tem por objeto a soma de esforços com vistas a dar condições ao MS, por meio da SEMSEP para exercer e prestar os serviços públicos de sua competência, através do emprego do efetivo da SEPM, consoante à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, prevista na Lei nº 13.675/18. **PRAZO:** 24 (vinte e quatro) meses.

VALOR: R\$ 21.288.138,72 (vinte e um milhões, duzentos e oitenta e oito mil, cento e trinta e oito reais e setenta e dois centavos centa-

DATA DA ASSINATURA: A contar da última assinatura em

11/02/2025. **FUNDAMENTO:** Conforme a Lei nº 13.675/18, a Lei Estadual nº 6.162/12; o Decreto Estadual nº 42.875/11, alterado pelo Decreto Estadual nº 43.309/11, o Decreto Estadual nº 43.538/12, alterado pelo Decreto Estadual nº 23/18, Decreto Estadual nº 46.646/19 e pelo Decreto Estadual nº 48.192/22, para os fins que especifica. **PROCESSO Nº SEI-350002/021599/2024.**

ld: 2627980

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Transferência de Bem Móvel PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - SEPM e a Secretaria de Estado de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro - SEPOL.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a Transferência de Bens Móveis, relacionados no Anexo I deste instrumento, doravante designado simplesmente Objeto da Transferência, que passou a ser administrado a partir do Decreto 46.559 de 14 de janeiro de 2019 pelo Transmitente, na forma do art. 164 da Lei Estadual nº 287 de 1979, com troca de posse e responsabilidade, em caráter permanente, neste

VALOR: Ao Objeto da Transferência é atribuído o valor de R\$ 932,54 (novecentos e trinta e dois reais, e cinquenta e quatro centavos), conforme Anexo II (Doc.SEI 73040685), alusivos aos bens alocados fisicamente na Secretaria de Estado de Polícia Civil, desde 2019, conforme Termo de Recebimento e Exame de Material (Doc.SEI 59415192), esclarecendo que os bens ora objeto da presente transferência foram reavaliados em janeiro de 2017, e também foram de-preciados até abril de 2024, conforme determinado no Decreto Estadual 44.489 de 25 de novembro de 2013. DATA DA ASSINATURA: 04.02.2025. PROCESSO Nº SEI-350189/000579/2023.

ld: 2628164

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATOS DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/2024

INSTRUMENTO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/2024 PARTES: SEPM e a empresa SINTRA CONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TECNOLOGIA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº05.379.371/0001-40

OBJETO: A PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, ALTERAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA, COM SUPRESSÃO E ACRÉSCIMO, DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR A REFORMA E RECUPERAÇÃO DE EDIFICAÇÃO EXISTENTE PARA IMPLANTAÇÃO UBS (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE)

VALOR TOTAL: R\$ 163.357,14 (cento e sessenta e três mil trezentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos)

tos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos)

DATA DA ASSINATURA: 12/02/2025.

FUNDAMENTO: O constante no Processo Administrativo nº SEI350106/000320/2023

ld: 2628159

Secretaria de Estado de Polícia Civil

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas. PARTES: Estado do Rio de Janeiro através da SEPOL e a empresa ENGESAN ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA. OBJETO: O presente Termo de Ajuste de Contas tem por objeto a quitação do débito com a ENGESAN ENGENHARIA E SANEAMENTO

LTDA., referente à prestação de serviço para SEPOL, através de ser-LTDA., referente a prestação de serviço para SEPOL, atraves de serviço de operação, manutenção e monitoramento das estações de tratamento de esgoto, estações elevatórias de esgoto bruto e rede coletora de esgoto do IML, CIDPOL e dos PRPTCs Niterói e Nova Friburgo, com fornecimento de mão de obra especializada, materiais, peças, ferramentas e equipamentos, no período de 01/12/2023 a 31/12/2023, conforme as Nota Fiscal nº 00001777.

VALOR: Dá-se a este Termo de Ajuste o valor total de R\$ 71.250,91 (setenta e um mil duzantos e cinquenta reais e noventa e um cen-

(setenta e um mil, duzentos e cinquenta reais e noventa e um cen-

tavos).
DATA DA ASSINATURA: 14/02/2025 PROCESSO Nº SEI-360068/000072/2024.

ld: 2627908

ld: 2627927

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas. PARTES: Estado do Rio de Janeiro através da SEPOL e a empresa INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL TECNOLOGIA E REFRIGERAÇÃO EIRE-

LI, OBJETO: O presente Termo de Ajuste de Contas tem por objeto a quitação do débito com a INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL TECNOLOGIA E REFRIGERAÇÃO EIRELI, referente à locação de aparelhos de ar condicionado instalados nas delegacias desta SEPOL, no período de 01/12/2023 a 31/12/2023, Documento de Cobrança nº 9.427, no valor de 103.423,22 (cento e três mil, quatrocentos e vinte três reais e vinte dele centavos) dois centavos).

VALOR: Dá-se a este Termo de Ajuste o valor total de R\$ 103.423,22 (cento e três mil, quatrocentos e vinte três reais e vinte dois centa-

DATA DA ASSINATURA: 14.02.2025. PROCESSO Nº SEI-360068/000076/2024.

ld: 2627892

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL ACADEMIA ESTADUAL DE POLÍCIA SYLVIO TERRA

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO CARGO DE INSPETOR DE POLÍCIA DE 6ª CLASSE/2021

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL. Presidente da Comissão do Concurso em epígrafe, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no subitem 15.1 do edital de abertura, publicado no DOERJ nº 182, de 23/09/2021, exclui do certame, a pedido, a contar de 26/01/2025, o candidato abaixo relacionado, convocado para o Curso de Formação Profissional (CFP) respectivo por meio do DOERJ nº 003, de 06 de janeiro de 2025, Processo nº SEI-360019/001008/2025:

INSCRIÇÃO	NOME
156047336	CAIO SOUZA GOMES
	•

ld: 2627993

SECRETARIA DE ESTADO POLÍCIA CIVIL

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Nota de Empenho nº 2025NE00073. PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Civil e a empresa FALLOW TACTICAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Aquisição de bandoleiras táticas para atendimento à ACA-

VALOR: Dá-se à contratação o valor total de R\$ 9.000,00 (nove mil

DATA DO EMPENHO: 07/02/2025. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

PROCESSO Nº SEI-360018/000265/2024.

ld: 2627891

Secretaria de Estado de Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 009/2025. PARTES: Secretaria de Estado de Saúde e Simem Rio Elevadores e Tecnologia LTDA.

OBJETO: Prestação de Servico de Manutenção de Elevadores na sede da Secretaria de Estado de Saúde, no período de novembro de VALOR: R\$15 130 00 (quinze mil cento e trinta reais)

DATA DA ASSINATURA: 14/02/2025.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/21, Lei Estadual nº 287/79 e Decreto Estadual nº 3.149/80.
PROCESSO Nº SEI-080001/037410/2024.

ld: 2628079

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA ASSESSORIA TÉCNICA DE PROCESSAMENTO DE SANÇÕES DAS OSS

DÁ CIÊNCIA à ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE HOSPITAL PSI-QUIÁTRICO ESPÍRITA MAHATMA GANDHI, inscrita no CNPJ: 47.078.019/0001-14, da decisão de segunda instância administrativa no processo apuratório SEI-080001/016695/2021, acerca da Gestão, Operacionalização e Execução da Unidade: Unidade UPA 24H Rea-